

“NÓS SOMOS HISPANOS-AMERICANOS, OS POVOS DO EXTERIOR”: PEQUENO ENSAIO SOBRE AS PRÁTICAS LITERÁRIAS E INTERCÂMBIOS LIVRESCOS ENTRE O BRASIL E A AMÉRICA LATINA*

“WE ARE HISPANIC AMERICANS, THE PEOPLE FROM ABROAD”: SMALL TEST ON
LITERARY PRACTICES AND FREEDOM EXCHANGES BETWEEN BRAZIL AND
LATIN AMERICA

MARIANA RODRIGUES TAVARES**
Niterói, Rio de Janeiro, Brasil
Email: historia.mari@gmail.com
Id-ORCID: 0000-0002-2143-8488

RESUMO

Este artigo destina-se a abordar as questões relativas entre as exposições do livro realizadas entre o Brasil e países da América Latina ao longo do século XX. Além disso, demonstra a atuação do Instituto Nacional do Livro (INL) enquanto produtor de livros, coleções que tinham por intuito divulgar a cultura brasileira, se inscrevendo, deste modo, na prática pedagógica nacional do Estado Novo (1937-1945). Diante do obscurantismo que permeia a história social do Instituto Nacional do Livro e da própria falta de outras pesquisas historiográficas que se dediquem a este tema, o presente trabalho se apresenta como uma

ABSTRACT

This article is intended to approach the relative issues between the book exhibitions held between Brazil and Latin American countries throughout the 20th century. In addition, it demonstrates the work of the Instituto Nacional do Livro (INL) as a producer of books, collections that were intended to disseminate Brazilian culture, thus inscribing themselves in the national pedagogical practice of the Estado Novo (1937-1945). In view of the obscurantism that permeates the social history of the Instituto Nacional do Livro and the very lack of other historiographical studies on this topic, this work presents itself as a valuable contribution

* Recibido: 18 de mayo del 2020; Aprobado: 07 de septiembre del 2020.

** Este artigo faz parte de uma pesquisa maior acerca do Instituto Nacional do Livro que culminou na minha tese de doutorado defendida em Junho de 2020 pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (Brasil). Para maiores ver: Tavares, Mariana Rodrigues. *A Aclamação das Letras: o Instituto Nacional do Livro e a pedagogia literária no Brasil do século XX*. Tese de doutorado em História. Programa de Pós-graduação em História da UFF, 2020.

contribuição valiosa acerca dos circuitos editoriais que permearam capítulos importantes da circulação dos impressos no Brasil e na América Latina.

Palavras-chave: Instituto Nacional do Livro; livros; intercâmbios letrados; América Latina

to the editorial circuits that permeated essential chapters of the circulation of print in Brazil and Latin America.

Keywords: Instituto Nacional do Livro; Books; Literate Exchanges; Latin America

Cómo citar: Rodrigues Tavares, Mariana. (2021). ““Nós somos Hispanos-americanos, os povos do exterior”: Pequeno ensaio sobre as práticas literárias e intercâmbios livrescos entre o Brasil e a América Latina”. *Revista Historia Social y de las Mentalidades*, 25(1), 251-276. <https://doi.org/10.35588/rhsm.v25i1.4463>

1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

“Somos los americanos, los latino-americanos o, por mejor decir, los hispano-americanos, pueblos vueltos continentalmente hacia afuera”
(Raúl Navarro, *La moderna novela brasileña en la Argentina*).

O trecho em destaque compõe um artigo intitulado *La moderna novela brasileña en la Argentina*, que tem cerca de três páginas e foi publicado no *Anuário Brasileiro de Literatura*¹ editado na década de 1940. A autoria do artigo pertence a Raúl Navarro, nome conhecido no meio editorial, responsável pelas traduções argentinas (*Lebensztayn*) das obras de Graciliano Ramos e sua posterior propagação no exterior, sobretudo nos países da América Latina.

A frase acima, encontrada no artigo em questão, foi escrita por Navarro no âmbito da promoção de um balanço da produção literária brasileira, isto é, por ele definida enquanto um ato de difusão do pungente *hispano-americanismo* existente entre as décadas de 1930-1940, advindo em grande medida, da emergência de programas políticos de exaltação nacionalista, a exemplo do promovido pelo Estado Novo brasileiro de Getúlio Vargas (1937-1945). O texto de Raúl Navarro embora destaque a existência deste *hispano-americanismo*, conforme já aqui destacado, orienta sua argumentação em torno da ideia de que a inexistência dos processos de “agitação política no Brasil” ao contrário do que havia ocorrido na América hispânica, sendo esta propiciada pela Independência, tinha possibilitado a literatura brasileira o surgimento de um *gênio nacional americano*, isto é, o que ele denomina por *gênio americano*. Fato é que a certa

1 Para maiores detalhes ver: *Anuário de Literatura*, 1940.

estabilidade da literatura brasileira e de seu mercado editorial, a esta época, faziam circular pelo Brasil e pelo exterior um processo de monumentalização de nossa elegia literária. Iniciando por Gonçalves Dias o surgimento do dito gênio americano e perpassando a figura de José de Alencar a quem atribui o tempo de “indiscutível primazia”, Navarro estabelece os marcos que iriam estruturar o que ele chama de “uma verdadeira literatura”, tais como as obras de Euclides da Cunha, a figura de Graça Aranha, autor de *Canãa*, a obra *Pelo Sertão*, obra de Afonso Arinos, *Luzia-Homem* de Domingos Olympio e *Urupês* de Monteiro Lobato. Ainda acrescentava que Machado de Assis havia sido o “modelador” da psicologia do tipo brasileiro e que os escritores do Movimento Modernista de São Paulo repetiram o que já proclamara José de Alencar a época do Romantismo.

Com efeito, a análise “generosa” de Raúl Navarro quanto à literatura brasileira deve justificar-se em decorrência de sua atuação enquanto tradutor de autores brasileiros. A ação de disseminação das obras brasileiras no exterior, destacando-se a América Latina e a Europa, se explica em grande medida pela atuação, não apenas dos tradutores, mas da ação de projetos políticos diplomáticos e institucionais que visavam propalar certa cultura nacional e, especialmente, promover o que denomino *teatralização da nacionalidade*.² Dois bons exemplos podem ser verificados por meio das exposições do livro realizadas em países da América Latina, a saber, a Argentina e o Uruguai, promovidos pela Academia Brasileira de Imprensa (ABI), pelo corpo diplomático do Brasil, no decorrer dos anos 1930-40, e pela ação do Instituto Nacional do Livro (INL), órgão a qual me dedicarei nas próximas linhas. Assim sendo, o objetivo deste artigo é destacar de que maneira atuou o Instituto Nacional do Livro no processo de trocas letradas e promoção literária brasileira em países da América Latina. Para este caso, destaca-se, sobretudo, as exposições do livro no âmbito de países como Argentina e Uruguai.

2. UM INSTITUTO DO LIVRO, DA LEITURA E DA EDUCAÇÃO: NOS PRELOS DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E NAS LIDES INTELECTUAIS DE UM BRASIL EM FORMAÇÃO

Há uma enorme dificuldade que significa tratar de toda a história do Instituto Nacional do Livro, principalmente pela maleabilidade decorrente das

2 Trabalho com o conceito citado na obra de Alessandra El Far intitulada *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*.

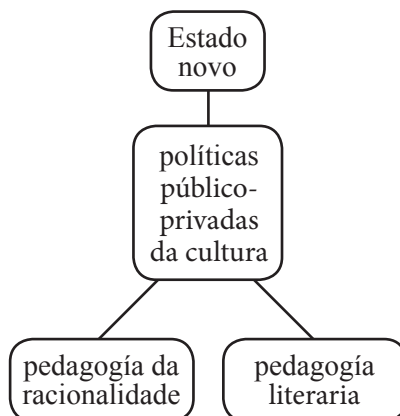
transformações passadas pelo Ministério da Educação e pela multiplicidade de nuances que envolvem o escopo dos estudos institucionais brasileiros. Pode-se considerar que a conjuntura de criação do Instituto Nacional do Livro esteve imersa nas muitas “culturas” do país difusas entre a primeira e a segunda metade do século XX, isto é, que perpassaram a gênese do Estado Novo entre os anos de 1937-1945. Dentre essas estiveram o que se pode nomear por cultura escrita, impressa, oral, a de origem culta e a de tradição popular. O ponto em comum entre todos estes tipos era a convergência acerca do que deveria ser considerado e definido como cultura brasileira. Nas palavras de Eliana Dutra era preciso nesse período, “Formar uma consciência nacional, abrigar o Brasil, ser inteiramente brasileiro, estudar o Brasil sob todos os seus aspectos e em todos os seus problemas, tornar o Brasil mais conhecido para ser amado” (Dutra, “Parte 5. Cultura” 229-230). Segundo Dutra um dos pontos da pauta cultural desse momento pretendia afirmar os conceitos de civilização e de cultura nacionais, possuindo ambos sua representação mais bem acurada por meio dos livros. Sendo assim, o livro foi reconhecido como instrumento fundamental, estando intimamente identificado com a civilização brasileira, como índice, produto e objeto de sua cultura.

Nesse ínterim, nos debates intelectuais, o *livro* ocupou o lugar importante nas iniciativas público e privadas do período, culminando em formulações de políticas culturais cristalizadas no Brasil por meio do Estado Novo. Conforme aponta Eliana Dutra, a essência destas práticas em torno do livro esteve inscrita na *pedagogia da nacionalidade* dedicando-se à formação do leitor e utilizando-se de vários gêneros literários, midiáticos e de práticas culturais. Segundo a autora, foi “lugar de expressão das culturas literárias e das tradições do saber, peça-chave da fortuna cultural da língua brasileira, espaço de expressão das ideias, o livro foi considerado o grande repertório da cultura nacional e indicador do grau de civilização do Brasil” (Dutra, “Parte 5. Cultura” 230).

Com base nesta perspectiva, proponho o que denomino por *pedagogia literária*, conceito por mim arrolado como tentativa de compreender a ação do Instituto Nacional do Livro. Com isso, procuro analisar de que forma ação do Instituto do Livro se fez, enfatizando, especialmente o escopo de suas publicações. Se a *pedagogia da nacionalidade* advogada por Eliana Dutra se referia às práticas privadas e públicas que visavam tornar o Brasil mais conhecido por seu povo, a *pedagogia literária* por mim pretendida se insere no conjunto de ações desenvolvidas, sobretudo, pelo Instituto Nacional do Livro que almejavam formar uma sociedade educada nos assuntos de literatura, isto é, no conhecimento da produção das letras. Assim sendo, a estrutura primordial sob a qual se edificou o Instituto Nacional do Livro desde os seus primeiros anos

de funcionamento está bem ilustrada no esquema que se segue e que norteia o *corpus conceitual* aqui proposto,

Figura 1: Esquema pedagógico do Estado Novo



Fonte: Elaboración própria

No transcorrer destes anos, a função do Estado a partir da ação autárquica do INL foi a de gerenciar as questões relativas ao *livro* propriamente, pautando-se também na organização de uma obra nacional como a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário de Língua Nacional*, na edição de obras raras ou preciosas para a cultura do país, na facilitação e no barateamento do livro ou na organização de bibliotecas públicas a fim de promover a educação *por meio do e para o livro*.

Ao manifestar sua *pedagogia da nacionalidade*, o Estado Novo por meio de suas instituições pôs em prática um conjunto de ações que tiveram por princípio disseminar a cultura brasileira. Ao Instituto Nacional do Livro, cabia o papel de propalar conjuntos livrescos que tratassem da história e da cultura nacionais, fosse por meio de coleções, fosse através de publicações bibliográficas, exposições e criação de bibliotecas. Deste modo, tanto o Estado quanto a sua instituição fiduciária,³ o INL, acionaram o conjunto de teorias, isto é, colocando em prática um espaço particular de representação da nacionalidade que teve na *leitura e*

3 Ao propor o Instituto Nacional do Livro como uma das instituições fiduciárias do Estado Novo, opto por trabalhar com a definição de Pierre Bourdieu que considera “fiduciário organizado, a confiança organizada, a crença organizada, a ficção coletiva reconhecida como real pela crença e, por isso, tornando-se real” (Bourdieu 71).

na *valorização do passado* sua chave-mestra (Gomes). Aqui paralelamente ao propagar a retomada do passado, foram mobilizadas a invenção de certa *cultura histórica* na qual o passado foi visto como um manancial de inspiração, como inscrição na “fonte” da nacionalidade, como bússola política (Gomes). Toda esta recuperação tinha na leitura, e principalmente no objeto cultural *livro* um dos instrumentos para sua efetividade.

Neste sentido, o Instituto do Livro esteve inserido, não apenas, neste ato pedagógico estatal, mas na lógica de uma *retórica da educação* que perscrutou todo movimento de organização do Estado brasileiro ao longo do século XX. A denominação de *retórica* aqui apresentada está assentada no sentido estrito do termo de Chaïm Parelman na qual a define como a lógica dos juízos de valor. A respeito do Instituto do Livro, sabe-se que desde a sua criação em 1937, o órgão esteve direcionado para atender a demanda de criação do *Plano Nacional de Educação* citado na Constituição Brasileira de 1934. O artigo 150 da Carta Magna considerava ser de competência da União fixar o Plano Nacional de Educação, compreendendo o ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução em todo o país. Além do Plano de Educação, havia como atribuição do Conselho Nacional de Educação, a organização para o desenvolvimento de medidas que solucionassem problemas relativos ao sistema de ensino no país.

É bem verdade que os ensejos pelo desenvolvimento da educação no país existiram desde o início dos anos 1930 por meio dos manifestos pela educação e mesmo nos primórdios da criação do próprio Conselho,⁴ mas com o Instituto Nacional do Livro diversas ações puderam ser realizadas para solucionar os problemas relacionados ao livro e mesmo à publicação de livros didáticos. Por conseguinte, ao Instituto do Livro cabia empreender a *retórica da educação* destinando-se as suas publicações para atender ao público em geral da sociedade brasileira e “convencê-lo” por meio dos livros, fossem estes didáticos ou não, da importância da leitura.

Tais argumentos podem ser vistos a partir do mapeamento das notícias a respeito das ações do Instituto Nacional do Livro disponíveis nas páginas do *Diário de Notícias*. Tais informações poderiam ser encontradas também em outros periódicos, entretanto aqui se optou pelo *Diário* carioca porque este foi um espaço crítico de circulação de ideias ainda que, por vezes, lidasse com as

4 Como complemento das discussões acerca da educação no Brasil, vale destacar alguns trabalhos como: O Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 e Azevedo [et.al]. *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

revezes da censura.⁵ Nestas circunstâncias este periódico funcionou como meio de propagação das ações políticas do Estado. Assim sendo, é um instrumento útil de análise das ações governamentais e de suas instituições. Tomando como base as discussões acerca da educação e do Instituto Nacional do Livro presentes no *Diário de Notícias* das décadas de 1940-50,⁶ abaixo segue um quadro explicativo do conteúdo das matérias publicadas e um pouco das ações do órgão nesta seara. Vejamos:

Quadro 1: Relações entre o INL e a educação

RELAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO E O INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (ANOS 1941-1953)	
Assuntos	Ano
Desenvolvimento da obra educativa nacional	1941
Reunião entre Augusto Meyer do INL e Abgar Renault do Departamento Nacional de Educação	1944
VII Conselho Nacional de Estudantes – decisões sobre o livro didático	1944
Nova legislação para o livro didático – incumbência do INL	1945
Organização do livro didático – Coordenação do Ministro da Educação, Instituto Nacional do Livro e o Colégio Pedro II	1951
INL – elaboração de livros escolares para adoção no ensino secundário	1953
Entrevista com o diretor do INL, Crisanto Martins Filgueiras, acerca dos livros escolares	1953
Reunião da UNE para a criação da editora universitária e criação das bibliotecas didáticas com auxílio do INL	1953

Fuente: Figura desenvolvida com base em periódicos da Hemeroteca Brasileira dos anos de 1940-1950

Deste conjunto de iniciativas repara-se que a maior parte delas advém dos anos 1950. É bem provável que as demandas sociais do pós Segunda Guerra

5 A respeito do Diário de Notícias são válidas as considerações disponíveis em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>. Acesso em 01 out 2018.

6 É provável que o início das notícias referentes às ações do Instituto Nacional do Livro no âmbito das ações educativas datem apenas de 1940 porque entre 1937, ano de criação do INL, até esta data o órgão precisasse de meios para sua estruturação interna e consequente organização.

arrolassem a necessidade da construção de uma educação mais consolidada como de fato se deu por meio da criação das Universidades e de agências de regulação e fomento como o CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa) e a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior). Para corroborar as hipóteses que aqui se anunciaram, pode-se apresentar uma tríade esquemática de ações sob a qual se organizou o Instituto Nacional do Livro em seus anos de funcionamento. Vejamos:

Figura 2: Trio de ações norteadoras do Instituto Nacional do Livro



Fonte: Figura de autoria própria

Por meio deste esquema o que se esquadrinha é a iniciativa de conceituar as ações do Instituto pautadas no que denominei anteriormente por *retórica da educação* e viabilizadas pela tríade: *educação, divulgação e canonização*. Há de se somar a estas a ação de propagação do livro brasileiro no exterior, mediante as exposições de livros e criação de Instituições culturais, entre outras atividades. Por ora, observem-se mais alguns exemplos:

Quadro 2: Ações do Instituto Nacional do Livro

AÇÕES DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO NAS VERTENTES DA CANONIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO (décadas 1940-1950)	
ATIVIDADES	ANOS
Publicação pelo INL das Memórias Históricas do Monsenhor Pizarro	1940
Convênio entre o INL e a Penniman Library da Universidade de Pennsylvania – tradução de obras brasileiras para o inglês	1940
Exposição do Centenário de Castro Alves	1947
Publicação de Poesias escolhidas e de Espumas flutuantes de Castro Alves	1947

ATIVIDADES	ANOS
Publicação de uma bibliografia de Joaquim Nabuco pelo INL em razão de seu centenário	1949
Reunião sobre a transladação dos restos mortais de Rui Barbosa com a participação do INL	1949
Concessão a Augusto Meyer, diretor do INL, a ausência de dois anos para ministrar a cadeira de estudos brasileiros criada em Hamburgo (Alemanha)	1951
Publicação de Vida e obra de Manuel Antônio de Almeida de Marques Rebelo e de Memórias de um sargento de milícias	1952
Publicação pelo INL da obra Viagem no interior do Brasil de Emmanuel Pohl	1952
Homenagem a Capistrano de Abreu e edição de suas cartas pelo INL	1953
Tradução em língua inglesa de Memórias póstumas de Brás Cubas, de Casa Grande e Senzala e de Raízes do Brasil para o inglês e para o espanhol.	1953
Edição de Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858 por Roberto Avellemant pelo INL	1953
Intercâmbio com a divisão cultural do Itamaraty. Solicitação feita pelo diretor Álvaro Vieira Pinto, diretor do Instituto Cultural Boliviano para doação de 176 vols. Da literatura brasileira.	1954
3ª Exposição do livro venezuelano realizada pelo INL na Biblioteca Castro Alves	1954
Tradução para o inglês das obras de Machado de Assis, de Dom Casmurro, Memórias póstumas de Braz Cubas.	1954
Solicitação feita pelo INL aos autores brasileiros para o envio de remessas aos editores indoamericanos	1955
Edição da Bibliografia de Machado de Assis organizada por José Galante de Sousa	1955
Lançamento da Biblioteca de Divulgação Cultural pelo INL	1956
Edição pelo INL da obra de Alberto Santos Dumont, Quem deu asas ao homem	1957
Edição de Como aprendi o português de Paulo Rónai na Biblioteca de Divulgação Cultural do INL	1957
Edição de Horas de leitura de Brito Broca na Biblioteca de Divulgação Cultural do INL	1957
Lançamento na Biblioteca científica do Brasil do INL da obra Os roedores do Brasil	1958
Reedição das obras de José do Patrocínio pelo INL	1958
Lançamento de A pesquisa histórica no Brasil de José Honório Rodrigues na Biblioteca popular brasileira do INL	1958

Fonte: Publicações do Instituto Nacional do Livro

Pela ótica associativa entre a educação, a divulgação e a canonização exposta e propagada pelos governos, denota-se que o projeto de Vargas e o de seus sucessores estabeleceram uma burocracia centralizada para o ensino superior e se empenharam em formar e controlar o ensino básico e secundário (Brock e Schwartzman). Os governos subsequentes não alteraram sensivelmente este programa, mantendo-o praticamente a partir da mesma rede de intelectuais que tinham o princípio de corrigir a “mancha” da nação por meio da educação (Bomeny). É possível supor que o Instituto do Livro e outras instituições congêneres, apesar de datarem do Estado Novo, tenham perdurado ao longo das décadas porque estiveram inscritas numa *historicidade* na qual a *educação* ocupava a primazia das ações no âmbito político-governamental.

De maneira geral, no decorrer do século XX, as práticas editoriais brasileiras embeberam-se no manancial que associava a concepção de biblioteca e a ideia de compor coleções, isto é, a prática de totalização do saber sustentado na reunião de um conhecimento universal e pormenorizado. Nessa perspectiva podemos refletir acerca do papel das coleções que sem prejuízo do seu gênero e guardando a sua perspectiva *didático-pedagógica*, foi colocado, sobretudo a partir do século XIX em diante e no Brasil, sobretudo no transcorrer do século XX, a serviço da difusão de ciência, dos valores da modernidade funcionando como instrumentos de pensamentos acerca das concepções de cultura e de outros temas caros ao momento Republicano (Dutra, *Rebeldes literários*).

No que tange ao Instituto Nacional do Livro, as suas *publicações* pertencem a um momento da vida política do Brasil, ligado ao projeto maior da ideia de implantação de uma via cultural no país em desenvolvimento, conforme já exposto. Dessa maneira as edições do INL podem ser também consideradas grandes instrumentos de propagação da cultura nos ditames de um projeto de Estado e institucional, relacionando um processo de construção de um conjunto comportamental historicamente difundido no Brasil desde, pelo menos, a instauração dos princípios políticos do Estado Novo. Por isso mesmo, dado o seu alcance e significado sociocultural, a dimensão política das coleções não pode ser diminuída.

Pode-se considerar que o gênero das *coleções* nasceram como uma resposta aos temas aqui já discutidos e que tiveram o propósito de estabelecer uma certa *tradição* efetuada num processo de transmissão conflitante entre o passado recente e uma aspiração presente, cujo prêmio era a sobrevivência literária de determinados títulos ou a sua inclusão canônica (Bloom). Advinda de uma prática editorial inovadora, as *coleções* surgiram da necessidade de conquistar novos leitores, a fim de editar maior número de livros a preços mais baixos para públicos específicos, segmentando o mercado da leitura e estabelecendo categorias de leitores distintos: jovens, mulheres, crianças, viajantes e profissionais.

Eliana Dutra demonstra que algumas coleções receberam a designação de “bibliotecas” e foram identificadas pela sua origem editorial e pelos rótulos qualificadores de “universal”, “obras completas”, “clássica”; e pelos seus diferentes formatos, por cores específicas e padrões que facilitam a sua identificação. Nas palavras de Dutra, “sem se ater a um único critério de reunião, ou de seleção, as coleções, ou bibliotecas, materializam-se em compilações de autores sobre um mesmo tema, em obras de um mesmo gênero ou destinação reunidas em série, ou, compartilhando traços materiais uniformes, em obras com características comuns e publicadas por um mesmo editor” (Dutra, “A nação nos livros” 300).

As diferentes empresas constituíram peculiaridades no momento de difundir a prática de suas edições. Nessa perspectiva é que se detém a análise das suas publicações, ou melhor, das *bibliotecas* editadas pelo Instituto Nacional do Livro. Para tanto, toma-se por conceito a definição de *biblioteca* compreendida como um espaço de totalização das leituras e do conhecimento, assumindo o escopo de onde se institucionalizam o patrimônio intelectual, literário e espiritual de uma comunidade. Nestes lugares se mostra em materialidade e completude uma memória escrita com identidade e valor fundador. De modo semelhante, a coleção de livros se constitui enquanto lugar no qual se acumulam e interagem suportes de memória e de conhecimento. Dito em outras palavras, a *biblioteca* é um espaço que coloca em cena questões de acumulação e de seleção, de ordem e de coerência, de usos e de acesso, de projetos intelectuais, institucionais e políticos que a subjazem (Jacob 53-54 Apud Dutra, “Parte 5. Cultura” 234-235).

De maneira geral, pode-se considerar que o programa de publicações do Instituto Nacional do Livro foi, ao longo tempo, bastante variado. Tendo como meta zelar pela melhoria, pelo fomento e pelo barateamento do livro, além de cuidar das questões relativas à facilidade de importação de obras necessárias ao desenvolvimento técnico dos profissionais brasileiros, o Instituto do Livro esbarrou na problemática da indústria livreira e do reduzido parque gráfico do país. Neste sentido, o INL teria colaborado para a busca de soluções para a questão do livro nacional a partir de contatos com editores e livreiros, da organização de debates, além de ter optado uma via que barateasse a publicação dos livros a preços reduzidos com o intuito de divulgar obras expressivas da literatura brasileira. Visando atender esta finalidade foi criada em novembro de 1943, a *Coleção Biblioteca Popular Brasileira* que seria seguida, posteriormente, por outras congêneres (Silva 57-58).

A chamada *Coleção Biblioteca Popular Brasileira*, foi também conhecida por *Biblioteca Brasileira*. Por meio dela, Sérgio Buarque de Holanda, chefe da Seção de Publicações do INL, visava estabelecer uma iniciativa editorial que

levasse à população obras de qualidade literária a preços exíguos, mas primando pela qualidade das edições. Para Américo Facó⁷ (1944), então diretor do Instituto, o critério para a inserção de uma obra na coleção era a sua raridade, fosse pelo elevado custo, fosse pela escassa compensação financeira para as editoras que não se interessavam por suas reedições. Em suas palavras “considerou-se algumas obras clássicas sobre o Brasil, sua história, sua geografia, sua vida social no passado, que se tinham tornado sumamente raras nas livrarias e bibliotecas” (em Silva 58).

Para tanto, já desde meados do século XIX, houve um fortalecimento das condições sociais e técnicas que propiciariam a formação de um público leitor e o comércio livreiro, mesmo que ainda incipiente. Segundo Eliana Dutra, “estas condições traduziram-se no estabelecimento de políticas voltadas à escolarização, na abertura de bibliotecas e na instalação –no caso do Brasil, particularmente no Rio de Janeiro– de livrarias e tipografias” (Dutra, *Rebeldes literários* 21).

Tal processo se intensificou a partir das décadas 30 e 40 do século XX, especialmente a partir da implementação de políticas públicas pelo Estado que passou a intervir em diversas dimensões da vida social. Houve investimento e iniciativas de modernização da máquina do Estado, formação de uma burocracia estatal, legislação trabalhista, valorização da cultura nacional, industrialização, extensão da educação pública, entre outros (Ferreira).

Nessa época, teve início o processo de publicação das coleções do Instituto Nacional do Livro, cuja periodicidade seria, no entanto, esparsa. Assim, apesar da ausência de rigor na sequência das publicações, a maioria das edições do INL, teve como primeira característica o fato de ter ocorrido ao longo dos anos 1950-60, momento histórico marcado por maior investimento educacional, industrial, além de propostas de cunho nacionalistas, medidas que serviram como agentes mobilizadores no plano político.⁸

O segundo aspecto a se considerar a respeito dessas edições é o seu caráter *pedagógico*. Desde sua instalação, o Instituto Nacional do Livro se assentou na prerrogativa de promover medidas para melhorar e baratear a edição de livros

7 Américo de Queirós Facó (1885-1953) foi um poeta e jornalista cearense. No ano de 1910 transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro a fim de ingressar nos principais círculos literários e intelectuais do Brasil. Trabalhou no INL, no Senado Federal e foi diretor da Revista Fon Fon. Na década de 1950 ingressou como membro do Instituto Histórico e geográfico do Ceará tendo falecido pouco tempo depois. Em contato com o Instituto do Ceará foi possível localizar as Revistas do órgão que contém a ata de ingresso. No entanto nada mais em referência ao INL e à *Enciclopédia Brasileira* foi localizado.

8 Para maiores detalhes ver: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em 30 maio 2018.

no país, distribuir as suas publicações às bibliotecas filiadas e vender a preços parcialmente compensatórios as suas produções, com o objetivo de expandir a formação de leitores no país. Assim sendo, arrola-se mais uma vez o escopo conceitual apresentado no capítulo primeiro, o qual se afirma que o Instituto Nacional do Livro pretendia inserir o conjunto de suas *Bibliotecas (coleções)* na função primordial de se educar literariamente a sociedade brasileira.

De maneira a oferecer respostas a todas estas questões, o Instituto Nacional do Livro pautou suas *coleções* no sentido formativo de ofertar à sociedade em geral brasileira uma literatura que se responsabilizasse por dotá-la de conhecimentos acerca da cultura, do folclore, da formação social do país, da língua nacional, da história, entre outros temas. Neste sentido, a pauta norteadora do Instituto Nacional do Livro e de suas ações editoriais esteve atrelada ao âmbito formativo da educação básica, no sentido de educar a população para os aspectos culturais brasileiros. Tais questões estão apresentadas nas linhas a seguir e demonstram de que maneira a ação do INL esteve revestida de uma *pedagogia literária* nacional, conforme aqui já demonstrado.

O valor expressivo destas publicações não surpreende ao se considerar o paradigma da crítica para o grande público. Este gênero de publicações prosseguiu até meados do século XX e estampou diversas páginas dos jornais brasileiros contando com os nomes de Otto Maria Carpeaux, Augusto Meyer, Álvaro Lins, entre outros. Todos eles podem ser considerados homens de grande erudição e tinham páginas fixas em jornais semanais, cujo espaço era privilegiado dos *cadernos de Cultura e Suplementos* literários. Todos eles tinham a característica de não possuírem a formação especializada em Letras e Literatura, fato justificado pela ausência das Universidades, e ofereciam análises extensas com linguagem acessível ao público médio, a quem se destinavam a “ensinar a ler” ou “ensinar o que se deveria ler”.⁹ De acordo com Antônio Cândido,

O Brasil sempre foi um país de boa crítica literária. Se a gente pega a América Latina, não há nenhum país que tenha desde o romantismo tão boa crítica literária quanto o Brasil. Pessoalmente, tive uma sorte extraordinária porque fui crítico literário militante num tempo de esplendor da literatura brasileira. Às vezes brinco com alunos meus que são bons críticos: “tenho pena de vocês, que têm que escrever sobre os autores atuais. Por melhores que sejam, não são Mário de

9 Para maiores detalhes ver: http://www.fundacaobunge.org.br/jornal-cidadania/materia.php?id=12422&/critica_literaria. Acesso em 22.nov.2018.

Andrade, não são Guimarães Rosa, não são Carlos Drummond de Andrade”. Eu tinha que fazer para o jornal um artigo por semana sobre as novidades. Quais eram as novidades? Drummond, Murilo Mendes, Jorge Amado, José Lins do Rego. “Acaba de publicar um livro o sr. Graciliano Ramos...” (risos) Tive a sorte de viver num tempo de esplendor, mais ou menos até 1950 e poucos. Não quer dizer que seja má [depois disso], mas não tem mais aquele esplendor. (Candido, Entrevista com Antonio Candido, 2011)¹⁰

De fato, havia um esplendor da crítica entre os anos 1940-60. Isto se observamos o número de produções deste gênero que estavam em circulação. No entanto, há mais detalhes sobre o caráter das edições do Instituto Nacional do Livro que não podem passar despercebidos.

Conforme já salientadas, havia no escopo da atuação do Instituto do Livro o ensejo por se responsabilizar pelas edições nacionais e, principalmente, havia um engajamento no sentido de promover publicações educativas. A construção efetiva da integração à nação e sua consciência nacional iniciou-se no período do século XX e não prescindiu da existência de uma inteligência nacional, dos homens de letras e de um repertório de sua melhor literatura (Dutra, *Acreditava-se que a leitura era a medida do nível cultural e civilizatório de uma sociedade Rebeldes literários* 94). A quantidade de obras de crítica literária que destacavam os nossos melhores escritores nacionais, os textos por eles publicados, a sua intertextualidade, culminava para o que Eliana Dutra definiu por,

É interessante notar que, se o hábito de ler é o que garante a condição de se conhecer o Brasil, é o adequado conhecimento do país o que vai permitir que uma imagem global do Brasil seja construída, e que elementos de identificação sejam disponibilizados aos leitores de forma que a „unidade moral e social“ da nação possa ser efetivada. E que questões do tipo o que é o Brasil e o que é ser brasileiro ganhem efetivamente um novo sentido, à luz de um reconhecimento cultural possibilitado por um patrimônio literário comum. (Dutra, *Rebeldes literários* 97)

10 Para maiores informações ver: <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/uma-entrevista-aula-com-antonio-candido-na-flip-2011-390689.html>. Acesso em 22. Nov.2018.

Por este caráter formativo, percebe-se no Instituto Nacional do Livro a figura de um *mediador*, isto é, aquele desempenha a função entre a produção literária e o público em geral. Por *mediação*, segundo Nathalie Heinich compreende-se como “tudo o que intervém entre uma obra e sua recepção e tende a substituir a distribuição ou instituições” (Heinich 87). A proposta de se refletir acerca de uma sociologia da recepção tal qual apresentada por Heinich assenta-se na ação dos mediadores enquanto operadores de transformações, ou de “traduções” que fazem a arte por inteiro, ao mesmo tempo em que a arte os faz existir (Heinich 99).

Um documento acerca do Instituto do Livro pode ilustrar bem este propósito. Aliando a já apresentada tríade resvalada na educação, divulgação e canonização, o Instituto Nacional do Livro desenvolveu uma série de ações que poderiam ser bem caracterizadas como *mediadoras*, tais como exposições e até mesmo as traduções de autores da literatura brasileira. Assim sendo, mais uma vez, advogava-se a ação da literatura enquanto sentido e disciplina, afirmando Gil Pereira,

[...]

Si reconhecemos imprescindível o controle da riqueza econômica da nação, com a mesma inteligência reconheceremos necessária uma referencia sistemática para sua riqueza intelectual. Não se entende controle em sentido coercitivo. Ao invés, ele seria fundamentalmente estimulante e creador. Adotaria uma pauta de naturalidade diligente, por medidas persuasivas, menos sensíveis pela ação direta do que pelo justo benefício prático. Com o Instituto, o livro brasileiro tem um ponto de apoio definido, hábil, capaz de lhe reger o destino, de o zelar e enriquecer, conduzindo-o em relação com o interesse espiritual da nação.

[...]

Um ponto que se afigura interessante no momento é o que tange a nossa tradição literária como fonte de inspiração, de estímulo, de disciplina. Promovendo, ou simplesmente orientando a reedição esclarecida e aprimorada de obras representativas da nossa madrugada literária, o Instituto realizaria trabalho de nobre caráter e de esplêndido rendimento. O conhecimento dos iniciadores da vida mental brasileira através das obras essenciais de cada um, teria influencia larga sobre o espírito da geração que atua no momento, e das que, em preparo despontam.

[...]

Claudio Manoel da Costa, por exemplo, exímio fator da síntese

poética, cujos sonetos, de lavras clássicas, já se colorem de autonomia sentimental, é modelo precioso de disciplina técnica e espiritual, digno destes dias fortemente creadores. Thomaz Antonio Gonzaga, seu parceiro de gloria e de infortúnio, também de formação conimbriciense, mas inculcando a música e a pictórica de sua lírica um sentido de brasilidade, muito merece de nosso afeto intelectual. Santa Rita Durão e Basilio da Gama, no “Caramuru” e no “Uruguai”, são figuras definitivas em relação a época, assim como o severo Rocha Pitta, na “História da America Portuguesa” – talvez rude, mas de intenção idônea e legitimo foro. Ainda antes destes, merece zelo Frei Vicente do Salvador, com a “Historia da Custodia do Brasil”, e Gregorio de Mattos Guerra, mestiço agreste, vigoroso, obstinado, flamante mestre da sátira – cuja mordacidade feroz já reflete o animo franco de consciência nacional e de independência do espirito. O que pudesse fazer o Instituto do Livro a pró de um reatamento intelectual sobre o passado seria cousa singularmente produtiva. As reedições comentadas com honestidade renderiam curiosidade, ensaios elucidativos, - o reflorescimento de um acervo literário parcialmente esquecido, e só por isso inoperante. Nesse patrimônio há um tesouro de inteligencia e de conduta – uma fonte clara, prodiga, aberta a boa vontade da gente nova em ótima abundancia de sabor e teor (Pereira, s./d.)

O texto acima apenas apresenta a assinatura de Gil Pereira. Sobre este as informações são escassas. Apenas sabe-se que o autor foi diretor do periódico *A Noite*.¹¹ É provável que tivesse certa proximidade com o Instituto do Livro em razão de o INL ter ocupado salas no edifício deste periódico logo nos primeiros anos de seu funcionamento.¹² O documento em questão também não apresenta data. Entretanto para o caso particular do Instituto Nacional do Livro, as referidas *mediação*, *tradução* e a *reedição* desempenhadas pelo órgão acrescidas da seleção de seus *mediadores*, isto é, dos intelectuais que elaboravam ensaios e coletâneas de críticas literárias jornalísticas estiveram na esteira de um processo

11 Jornal *A noite* de 17 de julho de 1946.

12 Em minha dissertação de mestrado há uma observação sobre a mudança das dependências do Instituto Nacional do Livro para o edifício do jornal *A Noite*. Para mais detalhes ver: Tavares, Mariana Rodrigues. *Um Brasil inapreensível: história dos projetos da Enciclopédia Brasileira do Instituto Nacional do Livro*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em História da UFF, 2016.

de educação literária da população e de monumentalização das obras nacionais, na medida em que agiam como produtores dos mecanismos de certa *vulgarização literária*.

3. ENCENAÇÕES E TEATRALIZAÇÕES NACIONAIS – PRÁTICAS EXPOSITOAS NA AMÉRICA LATINA DAS DÉCADAS DE 1930-40

Conforme exposto na seção anterior, ao nível local, os processos políticos editoriais conduzidos pelo INL estiveram no interior de uma estrutura institucional que visava ostensivamente ao propósito de atender às demandas nacionais e internacionais com relação ao livro, a leitura e a literatura brasileira. No afã de promover a imagem do Brasil e de difundir a sua cultura é que se desenvolveu uma espécie de diplomacia cultural e da qual estiveram em xeque às práticas de exposição e de divulgação do livro brasileiro na América Latina. Todo este escopo pertencia a um projeto maior de afirmação da nacionalidade brasileira no concerto das Nações pelo progresso econômico, modernização política, social e cultural do país (Dutra, *Projetos editoriais* 396). Neste sentido a ação de Gustavo Capanema e Augusto Meyer, por exemplo, desempenharam papel de transmissão cultural, isto é, com autoridade literária, social e política do Estado que paralelamente a inserção dos livros no mercado brasileiro, o fizeram na rede internacional da diplomacia cultural, procurando alinhar a pujança do pensamento sobre a cultura latino-americana (Dutra, *Projetos editoriais* 04). É bem verdade que desde 1910 já havia bastante difuso os ideais sobre o pan-americanismo, sobretudo, após 1938 com a política de aproximação entre Vargas e governo norte-americano, desenvolvendo novo interesse para a diplomacia brasileira e para os países da América Latina com o advento da diplomacia cultural do livro (Dutra, *Projetos editoriais* 05).

Nesse ínterim, isto é, no processo de afirmação da nacionalidade diversos projetos foram desenvolvidos com o intuito de promover a publicação de autores brasileiros. Um bom exemplo é o da *Biblioteca de Autores Brasileños* organizada em 1937 pela Junta de História e Numismática Americana sediada em Buenos Aires. Essa coleção ficou sob a direção do Ministro de Estado argentino Miguel . Carcano, filho do embaixador Ramón J. Carcano (Coelho 132). A referida biblioteca já em 1938 contava com três publicações, das quais Euclides de Cunha figurava com *Os Sertões* e afirmava que “*não poderia prestar maior serviço à cultura brasileira do que este de levar aos povos irmãos do Continente Sul-Americano*” um dos nossos maiores livros [Os sertões]. De acordo com Gustavo Sorá (2002), a *Biblioteca de Autores Brasileños* foi um projeto oficial realizado

pelo Ministério da Justiça e Instrução Pública coordenado por uma Comissão Revisora de textos de História e Geografia da América sediada em Buenos Aires. Gustavo Sorá destaca que a sua homóloga no Brasil seria a *coleção Brasiliana* coordenada por Fernando de Azevedo e um empreendimento da Companhia Editora Nacional de São Paulo. Ambas as coleções refletiriam o interesse de se interpretar as realidades nacionais de ambos os países (Sorá apud Coelho 135).

De toda forma, a questão do livro brasileiro e, sobretudo, de sua literatura não foram pautas exclusivas do Ministério da Justiça e da ação diplomática. Adalgisa Nery Fontes, esposa do então diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Lourival Fontes, concedeu uma longa entrevista ao jornal *Diretrizes: política, economia e cultura* na qual expunha o desconhecimento da “Argentina em relação ao Brasil”. A data da matéria é de 24 abril de 1941 e é reveladora do caráter pelo qual passava o Brasil e do próprio programa político cultural do Estado Novo. Nas palavras de Adalgisa Fontes,

O Brasil cultural ainda não é tão bem conhecido na Argentina como seria de desejar. Não falta na Argentina vivo interesse, natural simpatia pelo nosso país, mas não tiramos ainda dessas boas disposições o proveito que podemos tirar.

[...]

Em nenhuma livraria de Buenos Aires pode-se encontrar um bom livro brasileiro. Posso assegurar que os argentinos têm imensa vontade de nos conhecer, mas esta vontade choca-se com a falta de elementos. Enquanto a literatura norte-americana é conhecidíssima, os seus maiores escritores traduzidos, as suas obras aparecendo quasi simultaneamente na Argentina, não se pode encontrar ali nenhuma obra brasileira. (*Diretrizes*)

A respeito deste comentário de Adalgisa Nery é preciso tecer algumas ponderações. A extensa entrevista concedida ao periódico justifica-se pelo fato de que a própria entrevistada foi uma figura ilustre no meio literário brasileiro, tendo sido editada por casas editoriais renomadas como a José Olympio editora, além de ter tido ilustrações feitas por Cândido Portinari para suas obras e tendo este último pintado um célebre autorretrato seu. Para além disso, Adalgisa Nery contraiu o primeiro matrimônio com outra peça fundamental do meio artístico e poético nacional, isto é, a pessoa de Ismael Nery. Tal enlace aprofundou a inserção da escritora no meio literário nacional e internacional. Mais tarde, quando da morte do poeta, Adalgisa Nery envolveu-se com Lourival Fontes, casando-se com o diretor do DIP em 1940. Acerca da entrevista, a revista

Diretrizes: política, economia e cultura criada em meados de 1938 e dirigida por Samuel Wainer ofereceu a poetisa a inclusão no meio jornalístico, possibilitou maior visibilidade para a crítica literária e para os assuntos relacionados ao livro, a saber, numa época de perseguições e censuras a literatos de esquerda, pari passu, a própria instrumentalização do *objeto livro* enquanto medidor do grau civilizatório do país. Neste sentido, o tom da entrevista de Adalgisa Nery ganhou contornos mais polêmicos. Atacando duramente o Instituto Nacional do Livro e acusando-o de falta de iniciativa, deslocada, evidentemente, para a ação do DIP, Adalgisa afirmava:

O Instituto Nacional do Livro poderia fazer muita coisa nesse sentido. Entretanto nada foi feito até agora. Ao que me consta, a única iniciativa de real interesse tomada pelos nossos poderes públicos é a do Departamento de Imprensa e Propaganda, mandando traduzir para o espanhol 10 das melhores obras modernas da literatura brasileira. Aliás, esse desinteresse de nossos editores não deve espantar ninguém. Quantas e quantas cidades do interior do Brasil não recebem as principais obras de nossa literatura? O senhor não pode imaginar o número de cartas que recebo dos mais diversos pontos do Brasil, pedindo-me a remessa de livros nacionais. (*Diretrizes*)

A crítica dura empreendida por Adalgisa Nery não revela apenas a preocupação com a disseminação da literatura brasileira, mas a própria trama política que se desenrolava no interior das instituições públicas. Evidentemente destacando e ressaltando a ação do DIP e reduzindo o papel do Instituto Nacional do Livro, é preciso considerar também que diversas iniciativas foram tomadas pelo INL no sentido de propagar o livro brasileiro tanto no exterior quanto no interior do Brasil. Realizando um levantamento na hemeroteca brasileira, vê-se que desde 1939 houve diligências no sentido de divulgar o livro brasileiro em Montevidéu por ação de Baptista Luzardo, embaixador no país, além é claro, da exposição do livro brasileiro comemorativa do decênio do governo de Getúlio Vargas realizada em novembro de 1940. Tal evento contou com a participação da Academia Brasileira de Imprensa, do DIP e, é claro, do Instituto Nacional do Livro. Para o mesmo ano de 1940, o Centro de Estudos Archeológicos Argentino em parceria com Augusto Meyer, diretor do Instituto do Livro, organizou uma exposição que tinha por intuito a disseminação do livro argentino em território brasileiro, antes mesmo que a entrevista de Adalgisa Nery pudesse admoestar as atitudes do Instituto Nacional do Livro. Tal intento se concretizou na Biblioteca

Nacional ainda em 1940. Assim sendo, a Exposição do Livro Argentino foi realizada sob o patrocínio da Comissão Nacional Argentina de Cooperação Intelectual, e sob a coordenação do intelectual Antonio Aita. Na solenidade da inauguração da *Exposição* estiveram presentes, além do ministro Gustavo Capanema e do encarregado de Negócios da Argentina, representantes do governo brasileiro, da diplomacia e de numerosas associações culturais do país (Dutra, *Projetos editoriais*).

O sucesso da Exposição argentina foi tamanho que o *Correio Paulistano* de setembro de 1940 publicou uma vasta matéria intitulada “O serviço do livro” no qual exaltava a exposição e a “cooperação intelectual Brasil-Argentina”. Segundo o periódico:

Em meados de agosto último, falando como um “veterano da cooperação intelectual argentino-brasileira” na Exposição do Livro Argentino, então instalada na Capital Federal, lembrou o professor Haroldo Valladão, da Faculdade Nacional de Direito, a posição activa que a Universidade da Argentina assume perante os livros. Não só coleciona – disse o orador – como também os produz: - é uma editora.

Citou, a proposito, as importantíssimas publicações feitas pelas Universidades de Córdoba, de Buenos Aires, de La Plata, del Litoral, de Tucuman, em todas as suas Faculdades, Institutos e Seminários, em Annaes, Revistas, Boletins, mas sobretudo em obras autônomas, livros de sciencia, de artes, quer de autores clássicos estrangeiros, em tradução, quer de autores argentinos de real valor”. São obras fundamentaes – acrescentou – vindas à luz em castelhano, em virtude de actividade da própria Universidade”. (*Correio Paulistano*)

Destaca Eliana Dutra que a Argentina foi citada como modelo pelos seus esforços intelectuais, estabelecendo o pioneirismo da América Latina, conforme lembrado pelo ministro Gustavo Capanema. Havia uma política de educação nacional a partir de Sarmiento que “assumiu a educação como primeiro pilar de toda a construção nacional”. Logo nos primórdios da Exposição, o Ministro Gustavo Capanema chama a atenção não somente para a grandeza da cultura científica e literária da Argentina, mas, sobretudo, para a importância do conhecimento da vida intelectual dos países da América Latina (Dutra, *Projetos editoriais* 14).

A respeito da exposição de livros brasileiros em Montevideo, os jornais brasileiros do período foram “efusivos” ao demonstrar o esforço brasileiro pela

exposição, bem como, a ação do Instituto Nacional do Livro enquanto promotor da causa:

O sr. Augusto Meyer, director do Instituto, auxiliado por um grupo inteligente de colaboradores, organizou, com carinho inextinguível o programma de exposição de modo que dela advinha advirão reaes beneficios das relações culturais uruguayo-brasileiras. Sua inauguração dar-se-á em janeiro próximo com a presença no ministro Gustavo Capanema. Na exposição o visitante não terá somente um espetáculo para os olhos. Poderá travar conhecimento com os nossos autores pela leitura (*Correio Paulistano*, 19 de dezembro de 1938).

Aponta Batista Luzardo que

de ver e sentir, que a fronteira muito povoada no extremo sul do Brasil, mistura o povo uruguaio e o povo brasileiro às vezes até na mesma cidade, onde a linha divisória é uma rua, com bandeiras diferentes de um lado e doutro em perene festa de confraternização, mas os dois povos misturados na fronteira não se conhecem profundamente: conhecem-se ali, por seus hábitos regionais, quase idênticos, e, entretanto nunca penetram no estudo e na compreensão da vida(...) Uma visão do Brasil é o que se abrirá nessa feira de inteligência(...) uma visão do Brasil atual e do Brasil do passado, e em todos os gêneros, com seus poetas e prosadores, seus ensaístas, cientistas, filósofos, críticos, pedagogos, historiadores, biógrafos, juristas. O Uruguai não os conhece, tantos e tão espalhados pelas províncias das letras. O livro brasileiro é lá, como em toda América, escasso. Em regra importa-se o que sabe, e ainda assim pouco: não se importam os autores clássicos, isto é aqueles que sobrevivem e marcam os estágios da evolução intelectual. Deste modo, a exposição do livro brasileiro não se destina apenas a revelar os autores, porém, e sobretudo, a disciplinar o conhecimento da literatura em suas fontes. (Luzardo, apud Dutra, *Projetos editoriais* 6-7).

A Exposição uruguaia contou com a presença do Presidente Alfredo Baldonir e do Ministro da Instrução Pública Toríbio Olasso, ela foi organizada pelos delegados do governo, os escritores, e poetas, brasileiros Carlos Maul e Oswaldo Orico, membros da ABL e teve como assistentes técnicos para a montagem dos stands Pedro Gouveia Filho e o arquiteto Oscar Niemeyer. O

Brasil, segundo demonstram os jornais, enviou cerca de 4000 volumes dos quais seriam doados ao governo do Uruguai e a biblioteca do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, a ser criado após o evento. Aponta Eliana Dutra que boa parte dos títulos doados faziam parte do “panteão literário” brasileiro tais como:

de Castro Alves, Joaquim Manoel de Macedo, José de Alencar, Machado de Assis, José de Alencar, Euclides da Cunha, Alphonsus de Guimarães, entre vários outros e também escritos de homens públicos como Tavares Bastos, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa os quais se somavam obras expressivas da literatura jurídica, da medicina, engenharia, e também compêndios técnicos, livros didáticos para professores e estudantes- livros de orientação e livros de ensino- obras recreativas para a infância, romances populares, e até traduções de obras de fama universal. As edições oficiais do INL também compareceram, a exemplo da coleção de documentos do arquivo de Floriano Peixoto, com comentários críticos; obras sobre a arte da cavalaria e cartografias raras, de origem lusitana, da biblioteca do exército. (Dutra, *Projetos editoriais* 10)

Também em 1940, isto é, após a inauguração da *Exposição do livro argentino*, foi inaugurada na capital federal do Brasil, na sede da Associação Brasileira de Imprensa a Exposição do livro Uruguaio e instalado, oficialmente o Instituto de Cultura Brasil, anunciado pelo Ministro Toríbio Oloso quando da exposição do livro brasileiro no Uruguai, o qual teria um equivalente em Montevideú. Salienda Dutra que a abertura oficial contou com a participação do Ministro Gustavo Capanema, acompanhado de Oswaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores e outros membros do governo Vargas. O discurso de abertura coube ao jurista e intelectual Levi Carneiro, membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico Brasileiro, IHGB e então diretor do periódico Revista Brasileira (Dutra, *Projetos editoriais* 16). Um pouco mais tarde, via-se a ação de Levi Carneiro e de outros intelectuais para a criação do Instituto Argentino Brasileiro de Cultura, bem como, o Instituto Brasil Uruguai. Em reportagem no *Diário de Notícias* de 1946,

O Instituto reunir-se-á na próxima sexta-feira, em sessão especial, em homenagem ao professor Araoz Alfaro, presidente do Instituto Argentino Brasileiro de Cultura, de Buenos Aires, nome ligado à política do intercâmbio cultural dos dois povos amigos e aos médicos argentinos que participam do actual Congresso Médico. A

sessão que se realizará no salão nobre da Academia Brasileira de Letras, às 17:30h terá como orador o dr. Xavier de Oliveira, que em nome do Instituto saudará o hóspede, ao tempo que traçará o perfil da sua obra científica e cultural. Na mesma ocasião, em sessão conjunta, realizar-se-á, sob a presidência do professor Levi Carneiro Leão, a recepção do Instituto Brasil-Uruguaio aos delegados e médicos orientais presentemente nesta capital e participantes do Congresso, os quais serão saudados pelo professor Pedro Calmon.

Some-se a esta, outra a ação desempenhada simultaneamente, pelo Escritório Geral de Informações sobre o Brasil instalado em Buenos Aires esteve atento às obras que deveriam circular no estrangeiro e, por isso, pedia a revisão de dois livros que constavam no programa de traduções para o castelhano feitas pelo Club del Libro A.L.A: *Viagem Maravilhosa* de Graça Aranha e *A Marquesa de Santos* de Paulo Setúbal. O problema era a obra de Setúbal que, segundo o representante, não possuía qualidades literárias que justificassem a sua inclusão no programa de propaganda. De todo modo, entre os anos de 1938-1945 foram doados e vendidos cerca de doze mil volumes para países como Estados Unidos, Argentina, Peru, Uruguai, México, Chile e Paraguai incluindo autores como José de Alencar, Mário de Andrade, Graça Aranha, Roquete Pinto e Oliveira Viana, por exemplo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste pequeno ensaio não se pretende tecer julgamentos entre a ação dos diversos órgãos do governo federal ao longo do Estado Novo no Brasil. Tenha sido pelas ações da Academia Brasileira de Letras, pela Academia Brasileira de Imprensa, ou mesmo, pelos prelos do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Imprensa e Propaganda, o principal propósito das exposições e das coleções criadas nestes tempos e nos anos subsequentes foi o de promover certa *teatralização da nacionalidade*. Conforme argumenta Eliana Dutra,

As exposições do livro, seja no âmbito de projetos editoriais, seja pelos seus objetivos de uma expansão do mercado, da difusão de uma cultura da leitura, de uma pedagogia nacionalista não pode ser entendida fora desse contexto de debate político em torno de projetos continentais. No caso brasileiro o investimento em doações e exposições teve uma contrapartida: o engajamento pessoal do

ministro Capanema, sua atuação efetiva, em diferentes momentos, como editor, sua participação em redes de sociabilidade intelectual (Dutra, *Projetos editoriais* 19).

Dito em outras palavras, o ato de traduzir ou mesmo o de realizar exposições revela demarcação de índice cultural que se pretendia em meio à formação de um *gênio americano* (Milo). Quanto à *encenação*, já indiquei tal conceito nas linhas acima, mas em suma a sua operabilidade respalda-se numa prática antes já realizada pela Academia Brasileira de Letras, quando de seu surgimento, e que foi retomada pelo Instituto Nacional do Livro no sentido de estar envolvido em certo jogo das teatralidades presentes nas exposições dos livros, na formulação de suas coleções e, principalmente, pelo enriquecimento das bibliotecas já existentes no Brasil e na valorização dos autores nacionais que representassem a nossa civilização brasileira em razão de uma cooperação internacional (Dutra, “Le Brèsil” 398-399).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A noite. 17 de julho de 1946.

Anuário de Literatura. 1940.

Azevedo, Fernando de [et.al]. *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores (1959)*. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

Bloom, Harold. *O cânone ocidental. Os livros e a escola do tempo*. Tradução de Marcos Santarrita. Editora Objetiva, 1994.

Bomeny, Helena Maria. *Os intelectuais e a educação*. 2.ed. Jorge Zahar, 2003.

Bourdieu, Pierre. “Curso de 25 de janeiro de 1990”. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar. Companhia das Letras, 2014, pp. 54-79.

Brock, Colin y Simon Schwartzman, orgs. *Os desafios da educação no Brasil*. Nova Fronteira, 2005.

Carvalho, José Murilo de. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. *Topoi*, no.1, 2000, pp. 123-152. <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001003>

Coelho, Leonardo Seabra. “Coleções, traduções e intelectuais: Oliveira Vianna e o intercâmbio cultural entre escritores brasileiros e argentinos nas décadas de 1930 e 1940”. *História Revista*, vol. 22, nº 3, setembro de 2018, p. 124-4, doi:10.5216/hr.v22i3.47660

- Correio Paulistano*. Setembro de 1941.
- Diário de Notícias*. 1946.
- Diretrizes: política, economia e cultura*. 1941.
- Dutra, Eliana de Freitas. “O Não ser e o ser outro. Paulo Prado e seu Retrato do Brasil”. *Estudos históricos*, vol.14, no. 26, 2000, pp.233-252. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2124>
- _____. “Parte 5. Cultura”. *História do Brasil Nação. Olhando para dentro: 1930-1964*, volume 4, editado por Angela de Castro Gomes, Objetiva, 2013, pp. 229-274.
- _____. *Companhia Editora Nacional: tradição editorial e cultura nacional nos anos 30*. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf>. Acesso em: 22 jan.2018.
- _____. *Rebeldes literários da República: história e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Editora UFMG, 2005.
- _____. “A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção *Brasileira*”. *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europas e Américas nos séculos XVIII-XIX*, organizado por Eliana de Freitas Dutra y Jean-Yves Mollier, Annablume, 2006, pp. 299-314.
- _____. “Le Brésil au-delà des frontières: la “collection brésilienne” et le L’Institut National du livre dans les circuits diplomatiques du livre brésilien”. *La diplomatie par le livre: Réseaux et circulation internationale de l’imprimé de 1880 à nos jours*, organizado por Claude Hauser, Nouveau Monde éditions, 2011, pp. 393-409.
- _____. *Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940*. Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el libro y la edición. La Plata, 31 de octubre al 2 de noviembre de 2012.
- El Far, Alessandra. *A encenação da imortalidade: uma análise da Academia Brasileira de Letras nos primeiros anos da República (1897-1924)*. Editora FGV, 2000. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs.2001.75755>
- Ferreira, Jorge. “Crise da República: 1954, 1955 e 1961”. *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964)*, organizado por Jorge Ferreira y Lucilia de Almeida Neves Delgado, v.3, Civilização Brasileira, 2003, pp. 301-342.
- Gomes, Angela de Castro. “A “cultura histórica” do Estado Novo”. *Proj. História*, no. 16, fev. 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11191/8202>. Acesso em 29 set. 2018.
- Heinich, Nathalie. *A sociologia da arte*. Tradução de Maria ngela Caselatto, Edusc, 2008.

- Lebensztayn, Ieda. “Cartas de Graciliano na França: letras autodidatas no mundo de óculos quebrados”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, no. 67, ago. 2017, pp. 142-164. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i67p142-164>
- Milo, Daniel. “La bourse mondiale de la traduction: un baromètre culturel?”. *Annales. Economies, sociétés, civilisations.*, 39 année, no. 1, 1984, pp. 92-115. <https://doi.org/10.3406/ahess.1984.283044>
- Silva, Suely Braga da. *O Instituto Nacional do Livro e a Institucionalização de organismos culturais no Estado Novo (1937-1945): Planos, ideais e realizações*. 1992. 157f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação convênio CNPq/IBICT – UFRJ/ECO, 1992.
- Vergara, Moema. “Contexto e conceitos: história da ciência e “vulgarização científica” no Brasil do século XIX”. *Interciencia*, vol. 33, no. 5, mayo 2008, pp. 324-330. Disponível em: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0378-18442008000500004&lng=es&nrm=iso&tlng=pt<http://ve.scielo.org/scielo.php?g=pt>